Instituto Nacional de Medicina Legal**Aviso n.º 11 730/2006**

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 17 de Outubro de 2006, faz-se público que foi revogado o acto que procedeu à abertura do concurso interno de ingresso para provimento de um lugar na categoria de assistente de medicina legal para exercer funções no Gabinete Médico-Legal de Aveiro, aberto pelo aviso n.º 6880/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 19 de Julho de 2006, e consequentemente foi dado sem efeito o referido concurso.

19 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Aviso n.º 11 731/2006

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 17 de Outubro de 2006, faz-se público que foi revogado o acto que procedeu à abertura do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de especialista superior de 1.ª classe de medicina legal para exercer funções na Delegação de Coimbra, aberto pelo aviso n.º 173/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2006, e consequentemente foi dado sem efeito o referido concurso.

19 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

Instituto de Reinserção Social**Despacho (extracto) n.º 22 656/2006**

Por despacho de 4 de Outubro de 2006 da presidente do Instituto de Reinserção Social, foi o licenciado Luís Filipe Branco Caridade, técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro deste Instituto, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de divisão de Administração Geral e de Pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nomeado, em regime de substituição e em acumulação, chefe de divisão de Gestão e Administração do Património do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial dos Serviços Centrais do referido Instituto, com efeitos a 5 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 22 657/2006

Por meu despacho de 11 de Outubro de 2006, no uso de competência delegada, foi à licenciada Dina Maria de Carvalho dos Santos, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal deste Instituto, autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 4 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades****Despacho n.º 22 658/2006**

Veio a Águas do Douro e Paiva, S. A., empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul da área do Grande Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 116/95, de 29 de Maio, requerer a declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência de uma parcela de terreno situada na freguesia e concelho de Santa Maria da Feira para a construção do reservatório de Vila Nova.

Considerando a indispensabilidade do projecto para o fornecimento de água às populações locais;

Considerando a urgência em acudir à insuficiência de reservas de água;

Considerando os fundamentos constantes da informação n.º 115/DSJ, de 28 de Julho de 2006, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, pelo despacho n.º 16 162/2005, de 11 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação da parcela de terreno identificada na ficha anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante, necessária à prossecução do projecto, a favor da sociedade Águas do Douro e Paiva, S. A.

Autorizo ainda que, durante a execução dos trabalhos de construção, sejam ocupadas temporariamente as faixas marginais do prédio abrangido pela presente expropriação, nos termos do artigo 18.º do Código das Expropriações, numa largura variável em função das necessidades decorrentes dos projectos aprovados.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade Águas do Douro e Paiva, S. A.

4 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Reservatório de Vila Nova

Localização — Rua do Dr. António Figueiredo, lugar de Vila Nova, Cavaco, Santa Maria da Feira.

Artigo na matriz — 2.

Descrição CRP — 533.

Confrontações do prédio:

Norte — estrada Ovar-Carvoeiro;

Sul — caminho do nascente e Celestino Portela e Edite Portela;

Nascente — Celestino Portela e Edite Portela;

Poente — urbanização de Vila Nova.

Confrontações da parcela a expropriar:

Norte — caminho público;

Sul — Elísio Sá e António Marques de Sá;

Nascente — Elísio Sá e António Marques de Sá;

Poente — INDAQUA (reservatório).

Afectação do solo prevista em PDM — área de construção.

Identificação dos proprietários e demais interessados:

Nome — Elísio Sá (número de identificação fiscal 146084721) e António Marques de Sá;

Domicílio/sede — Rua do Monte, lugar de Milheiros, 4520-155 Santa Maria da Feira (telefone 256363633);

Demais interessados: . . .

Área da parcela — 4265 m²;

Área do prédio de onde se destaca — 250 000 m²;

Previsão dos encargos com a expropriação — € 105 541,10.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano**Contrato n.º 1227/2006****Contrato-programa de requalificação urbana do Centro Histórico de Silves**

Contrato n.º 1312001 — Processo ALG-0121L2101
Medida n.º 2 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000,
de 21 de Dezembro — 2.ª adenda

Em 4 de Agosto de 2006, entre o Estado, representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, e o município de Silves, é outorgada, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e no Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, a presente adenda ao contrato-programa de cooperação técnica e financeira, celebrado entre as partes em 6 de Dezembro de 2001, integrado no contexto do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, e alterado mediante adenda outorgada em 10 de Fevereiro de 2003.

Nestes termos, é celebrada a presente adenda, que decorre da necessidade de estabelecer reprogramação financeira do contrato dado que a execução física da intervenção se encontra mais atrasada do que

o previsto, não tendo sido possível concluir este contrato no prazo previsto, conforme consta da informação n.º 031/2006, de 30 de Junho, do Gabinete Coordenador do Programa Polis, que consubstancia o fundamento para a outorga da presente adenda ao contrato inicial, a qual foi autorizada por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 17 de Julho de 2006.

Assim, as partes acordam alterar o contrato inicial nos termos das cláusulas que se seguem:

Cláusula única

As cláusulas 2.ª e 4.ª do contrato-programa n.º 13/2001 passam a ter a seguinte redacção:

«Cláusula 2.ª

[...]

O contrato de programa n.º 13/2001 produz efeitos até 2007, prazo que corresponde à conclusão do projecto.

Cláusula 4.ª

[...]

1 — Mantém-se inalterado o montante da participação financeira do Estado, dotação do PIDDAC da DGOTDU, destinado a contemplar os encargos do município de Silves com a execução das acções inseridas no contrato-programa, no valor de € 4 489 181, correspondendo a uma comparticipação de cerca de 90 % face ao investimento global, o qual ascende a € 4 987 979.

2 — A calendarização financeira é alterada, por forma que a comparticipação seja distribuída da seguinte forma:

Ano de 2001 — € 1 042 488;

Ano de 2006 — € 1 202 103;

Ano de 2007 — € 2 244 591.»

4 de Agosto de 2006. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, (*Assinatura ilegível.*) — Pela Câmara Municipal de Silves, (*Assinatura ilegível.*)

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aviso n.º 11 732/2006

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 12 de Outubro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, aprovado pela Portaria n.º 1159/2000, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2001, de 28 de Junho.

2 — Quota para intercomunicabilidade vertical — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e atentas as necessidades do serviço e o aproveitamento racional de recursos humanos, a quota de lugares a prover através do mecanismo da intercomunicabilidade vertical é de 0 %.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar posto a concurso, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

4 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com alterações;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com alterações;

Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 549/99, de 14 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

5 — Áreas e conteúdo funcionais — ao lugar a preencher correspondem as funções de natureza executiva genericamente descritas no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

6 — Remuneração, local e condições de trabalho — as funções serão exercidas em Lisboa, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central e a remuneração a fixada nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89 e 404-A/98 e legislação complementar.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso:

a) Satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98;

b) Ser assistente administrativo principal com, pelo menos, três anos de categoria e classificação não inferior a *Bom*.

8 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante avaliação curricular, com carácter eliminatório, e entrevista profissional de selecção, com carácter complementar.

8.1 — Avaliação curricular — a avaliação curricular, na qual serão obrigatoriamente tidos em conta os factores referidos no artigo 22.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos nas áreas funcionais para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

8.2 — Entrevista profissional de selecção — a entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

9 — Classificação final — a classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em todos os métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham, na avaliação curricular ou na classificação final, classificação inferior a 9,5 valores.

9.1 — Igualdade de classificação final — em caso de igualdade de classificação final, a ordenação dos candidatos admitidos é feita de acordo com os critérios de preferência previstos no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

10 — Critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção e sistema de classificação final — os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção e do sistema de classificação, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — As candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação e formalizadas mediante requerimento, devidamente assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao inspector-geral do Ambiente e remetido por correio registado e com aviso de recepção (desde que expedido até termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso) para a Rua de O Século, 63, 1249-033 Lisboa, podendo ainda ser entregue pessoalmente no mesmo endereço, na Secção de Pessoal, e devendo dele constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, nacionalidade, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte fiscal, residência e código postal);

b) Referência ao concurso a que se candidata;

c) Habilitações literárias;

d) Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e especificação das tarefas que desempenha;

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão.

11.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do certificado comprovativo das habilitações literárias;

b) Declaração actualizada, emitida e autenticada pelo serviço onde o candidato exerça funções, da qual constem, de forma inequívoca, a categoria detida, a natureza do vínculo à Administração e ainda a antiguidade na actual categoria, na carreira, para efeitos de promoção, e na função pública, bem como as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, respeitantes aos anos relevantes para efeitos de concurso;

c) Currículo profissional detalhado, do qual devem contar, designadamente, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, seminários, conferências, etc.), com indicação da respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras;

d) Fotocópias dos documentos comprovativos da formação profissional frequentada.

11.3 — Relativamente aos candidatos pertencentes à Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, a declaração a que se refere a alínea b) do n.º 11.2 será oficiosamente entregue ao júri pelo competente Serviço de Pessoal.